



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

06/06/2013



ÍNDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1
1.2. JUÍZES.....	2
1.3. TURMAS RECURSAIS.....	3
1.4. VARAS CRIMINAIS.....	4
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. SELETIVOS.....	5 - 6
3. JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS	
3.1. DECISÕES.....	7
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CASO DÉCIO SÁ.....	8 - 11
4.2. DECISÕES.....	12
4.3. SELETIVOS.....	13
4.4. SERVIDORES.....	14
4.5. TURMAS RECURSAIS.....	15
5. JORNAL EXTRA	
5.1. CASO DÉCIO SÁ.....	16 - 17
5.2. VARAS CRIMINAIS.....	18
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. DECISÕES.....	19
6.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	20 - 22
6.3. SEM ASSUNTO.....	23 - 24
6.4. VARAS CRIMINAIS.....	25
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. CASO DÉCIO SÁ.....	26 - 30
7.2. SERVIDORES.....	31
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. CASO DÉCIO SÁ.....	32 - 35
8.2. JUÍZES.....	36 - 37
8.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	38 - 39
8.4. TURMAS RECURSAIS.....	40

BACIA DO RIO ANIL

A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Cema) deve reparar imediatamente os sistemas e lacrar todos os lançamentos de esgotos no Rio Parga, na bacia do Rio Anil, em São Luís, conforme determinação da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que rejeitou recurso da empresa.

EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MENORES

Foi realizada na Casa do Turista em Barreirinhas, uma audiência pública que reuniu diversas autoridades locais, bem como representantes da sociedade civil. Na pauta, a exploração sexual de menores em Barreirinhas. De iniciativa do juiz Artur Gustavo do Nascimento, a audiência revelou a preocupação no crescimento do índice de prostituição infantil no município.

TJMA INSTALA MAIS QUATRO TURMAS RECURSAIS



O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) inicia o mês de junho com a instalação de mais quatro Turmas Recursais na capital e interior. A primeira será inaugurada na comarca de Chapadinha, amanhã em solenidade às 10h. Há novas turmas confirmadas para São Luis, Presidente Dutra e Caxias, nos dias 11, 12 e 14, respectivamente.

ACUSADOS DO ASSASSINATO DE JOAQUIM LAURISTO SERÃO JULGADOS HOJE

Serão julgados hoje Guilherme José Mendes Reis e Segundo Luís Silva Moreno, acusados do assassinato de Joaquim Felipe de Sousa Neto, o Joaquim Lauristo, um dos condenados pela morte do delegado de Polícia Civil Stênio José Mendonça, em maio de 1997, em São Luís. Joaquim Lauristo foi assassinado em outubro de 2008, quando cumpria a pena em regime semiaberto.

O julgamento será presidido pelo juiz titular da 4ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, José Ribamar Goulart Heluy Júnior, às 8h30, no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau.

TJMA convoca mais 48 aprovados nos concursos 2009 e 2011

O TJMA está convocando mais 48 aprovados nos concursos promovidos em 2011 (Edital nº 002/2011) e 2009 (Edital nº 001/2009), de acordo com decisão do presidente da Corte, desembargador Guerreiro Jr.

PÁGINA 3

TJMA convoca mais 48 aprovados nos concursos 2009 e 2011

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está convocando mais 48 aprovados nos concursos promovidos em 2011 (Edital nº 002/2011) e 2009 (Edital nº 001/2009), de acordo com decisão do presidente da Corte, desembargador Antônio Guerreiro Júnior.

Do concurso 2011 estão sendo chamados 14 analistas judiciários (Direito), 11 técnicos judiciários (administrativos, contabilidade e informática), 19 auxiliares (apoio administrativo) e dois comissários de Justiça da Infância e Juventude. Do concurso de 2009 são convocados dois oficiais de justiça.

Com a nova convocação, o Judiciário chega a 950 servidores integrados a seu qua-

dro funcional durante a gestão do presidente Guerreiro Júnior. Este ano, já foram chamados 285. Em 2012, foram 617 convocações relativas aos editais 01/2009 e 002/2011, informa a Comissão de Concurso do TJMA.

"Vamos continuar investindo em mão de obra qualificada para suprir a demanda sempre crescente nas comarcas do Estado. Quem ganha com isso é sobretudo a comunidade", justifica o presidente.

PRAZO - Os convocados devem apresentar no prazo de 20 dias - após a publicação do edital de convocação no Diário Eletrônico da Justiça (DJE) - os exames médicos para avaliação de aptidão

física e mental.

Após o prazo de convocação, os aprovados serão nomeados nos termos do artigo 37 da Resolução 13/2008. Eles devem comparecer à Secretaria da Comissão de Concursos até 30 dias após a publicação da nomeação no DJE, para a entrega dos documentos citados nos itens 8.3 e 8.4 dos editais dos concursos, disponíveis na seção "concurso", no Portal do Judiciário (www.tjma.jus.br).

AUDIÊNCIA PÚBLICA - Os candidatos convocados por polo (onde há mais de uma comarca disponível) participarão de audiência pública, dia 11 deste mês, às 9h30, para a escolha da co-

marca de lotação. O ato ocorrerá na Divisão de Seleção e Movimentação do TJMA (Anexo VII, Rua do Egito, Centro).

O candidato que não concordar com a nomeação terá o prazo de cinco dias corridos, a contar da publicação do Edital no DJE, para se manifestar por escrito. O documento, nesse caso em particular, deverá conter assinatura reconhecida em cartório e ser enviado por protocolo administrativo para concursos @tjma.jus.br ou para a Divisão de Seleção e Movimentação.

Os editais de convocação estão publicados no Diário Eletrônico da Justiça (03.06.13) e no Portal do Judiciário.

POLUIÇÃO

Caema terá que reparar esgoto na bacia do Rio Anil

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) determinou que a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) faça reparos imediatamente nos sistemas e lacrar todos os lançamentos de esgotos no Rio Parga, na bacia do Rio Anil, em São Luís.

A Caema recorreu de decisão do juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública, em ação pro-

posta pelo Ministério Público Estadual contra a companhia e o município de São Luís, buscando a adequação dos pontos de lançamento de esgotos no Rio Parga, mas o recurso da Companhia foi negado.

A empresa pediu que fossem suspensos os efeitos da decisão, alegando que não seria responsável em reparar todos os pontos, uma vez que

alguns deles caberiam ao Município e outros seriam de origem clandestina. Pediu ainda um prazo de 180 dias para tomar as providências.

O relator do recurso, desembargador Jorge Rachid, manteve a determinação, considerando que o problema existe desde 2011. Ele ressaltou a relevância do caso, dada a necessidade de proteção ao direito sanitário e ambiental. "O despejo de deje-

tos domésticos nas redes pluviais caracteriza poluição e oferece risco à saúde pública e preservação ambiental", assinalou.

Rachid ratificou a responsabilidade da Caema pelos reparos, manutenção e fiscalização do sistema sanitário, tendo em vista que a companhia detém a concessão para prestar o serviço de esgoto no Estado do Maranhão, remunerada por meio de tarifa dos usuários.

 CASO DÉCIO SÁ

Décio Sá foi morto a mando de Júnior Bolinha, afirma Jhonatan

Em oitiva, pistoleiro mudou parte de sua versão dada à Polícia Civil e acusou *Júnior Bolinha* de mandar matar o jornalista e o empresário Fábio Brasil, além de dizer não ter certeza da participação de alguns acusados. **Geral 8**

Jhonatan diz que matou Décio Sá e Fábio Brasil a mando de Bolinha

Em depoimento ontem, assassino do jornalista e do empresário revelou detalhes dos dois crimes e acusou José Raimundo Sales Chaves Júnior, o Júnior Bolinha, como mandante; ele isentou o deputado Raimundo Cutrim de participação no caso



Opistoleiro paraense Jhonatan de Sousa Silva, de 25 anos, afirmou, ontem, em seu depoimento à Justiça, que matou o empresário Fábio Brasil e o jornalista Décio Sá a pedido de José Raimundo Sales Chaves Júnior, o Júnior Bolinha, réu apontado como principal intermediador nos dois crimes de homicídio. Na ocasião, prestada na data em que o matador completou um ano preso, o assassino confessou mudou boa parte de sua versão dada à Polícia Civil, negando a participação de alguns acusados no caso, entre eles aqueles apontados como mandantes das mortes.

"É verdade que eu matei Décio Sá. Matei por dinheiro, pois estava precisando muito e não estava trabalhando. Quem me ofereceu o 'serviço' foi Júnior Bolinha. Ele me garantiu pagar R\$ 100 mil, mas só me deu R\$ 15 mil. Essa quantia eu recebi de Neguinho, que trabalhava no sítio dele e também recebeu R\$ 5 mil. Na delegacia, cheguei a citar os nomes de algumas pessoas, mas fiz o 'serviço' para Júnior Bolinha e não sei se outra pessoa estava por trás dele nisso. Tudo foi acertado em algumas reuniões no sítio de Júnior Bolinha", disse o matador.

Identidade - Neguinho foi a única das 13 pessoas indiciadas pela polícia judiciária do Maranhão que não pode ser denunciada pelo Ministério Público Estadual (MP), justamente por não ter sido descoberto, no inquérito, o nome verdadeiro do indiciado. Em depoimento, Jhonatan revelou a identidade do homem que lhe deu fuga, na noite em que matou Décio Sá. "Ele tam-

bém é conhecido como Neguinho Barrão, mas o nome dele é Marcos Antonio de Sousa Santos", disse o réu confessado.

"Foi ele [Neguinho] quem pilotou a moto para mim. Não quis revelar o nome dele nas investigações. Eu conheci ele em um bar, em Santa Inês, jogando sinuca [data em que matou duas pessoas e chegou a ser preso em flagrante, utilizando nome falso]. Lá, ele me revelou que vivia de pistolegaria, na cidade de Marabá-PA, matando a mando da polícia de lá, mas veio fugido pro Maranhão porque matou uma pessoa ligada à polícia de lá. Às pessoas que estavam do lado dele [Neguinho] passaram a persegui-lo", afirmou o assassino, inocentando desta acusação o réu Marcos Bruno Silva de Oliveira.

Nascido em 15 de fevereiro de 1988, na cidade de Xinguara, no estado do Pará, o jovem pistoleiro revelou ter chegado a São Luís quatro meses antes do crime, período em que ficou morando em uma casa no bairro Parque dos Nobres, identificada pela polícia como de propriedade da família de outro réu no processo, Fábio Aurélio do Lago e Silva, o Bochecha. O imóvel, segundo Jhonatan Silva, foi alugado por Júnior Bolinha. "Foi Júnior Bolinha quem me deu as chaves da casa e era ele quem pagava o aluguel", disse o assassino, que negou ter conhecido Bochecha.

Mandante - Perguntado se Júnior Bolinha teria lhe revelado seu interesse em matar o jornalista, o pistoleiro foi breve, mas tocou no ponto que envolve os réus apontados como mandantes do crime. "Júnior Bolinha só disse que Décio Sá falava demais e precisava ser 'calado'. Quando matei Fábio

Brasil, também foi por mando de Júnior Bolinha e, naquele tempo, ele me disse que o 'serviço' era para o Gláucio e o pai dele. Eu, sem conhecer eles, acreditei, e quando falei isso nas investigações sobre a morte de Décio, disse que eles eram os mandantes", disse o homicida.

Ao longo das quase 3 horas em que prestou depoimento, Jhonatan Silva revelou ainda que citou a pessoa de "Capitão", referindo-se ao ex-subcomandante do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Maranhão, capitão Fábio Aurélio Saraiva Silva, o Fábio Capita, como suposto fornecedor da arma do crime, porque estava com raiva de Júnior Bolinha. "Uma vez, Júnior Bolinha, bêbado, disse que era amigo desse tal de 'Capitão', e por isso citei ele no crime. Mas quem, na verdade, me forneceu a arma foi Neguinho, que trouxe a pistola do Pará e me vendeu por R\$ 2.500,00", contou.

Cutrim isento - Outra pessoa que também foi isenta pelo matador do seu depoimento à Polícia Civil foi o deputado estadual Raimundo Cutrim (PSD), citado como "principal mandante do crime". "Uma vez, vi Júnior Bolinha falando ao celular com o Cutrim, mas o assunto era um serviço de uma areia. Vi que os dois eram muito próximos, e como a polícia já falava muito no nome do deputado, também fiz da mesma forma que fiz com o 'Capitão'. Mas nunca vi nenhum deles e em nenhum momento Júnior Bolinha disse que a morte de Décio era para algum deles", frisou Jhonatan Silva.

Antes de encerrar seu depoimento, o pistoleiro Jhonatan Silva confessou que pretendia matar Júnior Bolinha por ele não ter honrado com o compromisso de

pagar o que lhe foi oferecido pelas mortes de Fábio Brasil e Décio Sá. Pai de três filhos pequenos, de mães diferentes, sendo o mais novo uma menina de apenas 7 meses, que só a conheceu ontem após as audiências, o matador disse que está disposto a mudar de vida. "Esse tempo todo que fiquei preso, me fez entender que essa vida [de pistoleiro] não compensa. Vi que quem sofre muito com isso são minha mãe, meus filhos, e toda a minha família. Acredito que todo mundo tem direito a uma segunda chance", concluiu.

DÉCIO SÁ FOI MORTO A MANDO DE JÚNIOR BOLINHA, AFIRMA JHONATAN



Jhonatan Silva, assassino confesso de Décio Sá, fez novas revelações à Justiça ao depor ontem

Réu revela detalhes do assassinato de Décio Sá

Em determinado momento da audiência com o matador Jhonatan Silva; o juiz Márcio Castro Brandão, da 1ª Vara do Tribunal do Júri, e o promotor Luís Carlos Corrêa Duarte, da 1ª Promotoria do Tribunal do Júri, pediram ao réu que recordasse a dinâmica do crime cometido na noite do dia 23 de abril de 2012, no bar e restaurante Estrela do Mar, na Avenida Litorânea. Em resumo, Jhonatan Silva disse:

"Fui à **Mirante**, encontrei um flanelinha e perguntei a ele sobre a pessoa de Décio Sá. Ele disse que o conhecia, mas que ele ainda não havia chegado. Ele me disse que Décio saía por volta das 10h ou 10h30. Saí dali, dei uma volta por perto da **Mirante**, e depois returnei nesse horário. Esperei ele sair, segui até ele parar em um sinal, na Ponta d'Areia, mas não o matei ali porque havia uma viatura [da polícia] perto, parada. Ele seguiu em frente e eu perdi ele de vista, mas como já tinha fixado as características do carro dele, achei ele em seguida, ao avistar o

veículo parado em frente ao bar. Isso depois de ter feito o retorno em frente ao Shopping do Automóvel e voltado pela praia. Foi assim queachei ele. Ninguém me avisou onde ele estava, nem nada. Entrei no bar, o reconheci, depois de andar na frente dele atirei seis vezes nele. Ele chegou a me ver, se assustou ao ver a arma e falou alguma coisa que eu não lembro. Depois, atravessei a avenida, subi na garupa da moto e, mais adiante, meu parceiro sugeriu que eu descessesse pois uma viatura da Polícia Militar estava no encalço. Fugui pelas dunas e lá enterrei a pistola na areia. Dei a informação de que tinha jogado ela [a arma] do ferry-boat porque tinha a esperança de um dia voltar à duna e recuperar ela [a arma]. Desci pelo Clube do Jeep, passei pelo retorno do Quartel da PM, e fui a pé até a Curva do Noventa. Demorei uns 40 minutos, eu acho, para chegar lá. Peguei um táxi e fui para o sítio no Miritiú, em São José de Ribamar, onde fiquei escondido até o dia 5 de junho, quando fui preso".

Mais

FRASES DE JHONATAN

"É verdade que eu matei Décio Sá. Matei por dinheiro, pois estava precisando muito e não estava trabalhando. Quem me ofereceu o 'serviço' foi Júnior Bolinha"

"Na delegacia, cheguei a citar os nomes de algumas pessoas, mas fiz o 'serviço' para Júnior Bolinha e não sei se outra pessoa estava por trás dele nisso"

"Foi ele [Neguinho] quem pilotou a moto pra mim. Não quis revelar o nome dele nas investigações. Eu conheci ele em um bar, em Santa Inês, jogando sinaluca"

"Uma vez, Júnior Bolinha, bêbado, disse que era amigo desse tal de 'Capitão', e por isso citei ele no crime. Mas quem, na verdade, me forneceu a arma foi Neguinho, que trouxe a pistola do Pará e me vendeu por R\$ 2.500,00"

Pistoleiro nega ter matado 40 e diz que a Polícia Civil o pressionou

Em depoimento à Justiça, assassino diz que antes de Fábio Brasil e Décio Sá matou apenas mais duas pessoas, em Santa Inês

Ainda em depoimento em juízo, Jhonatan Silva negou ter matado mais de 40 pessoas, como ele próprio havia falado em algumas entrevistas à imprensa. Ele acusou a Polícia Civil de tê-lo pressionado a assumir a imagem de "um dos maiores pistoleiros do país". Além das mortes de Fábio Brasil e de Décio Sá, o matador paraense diz que matou apenas mais duas pessoas, antes de Fábio Brasil e Décio Sá, identificadas como Antônio Pereira Lima e Geraldo Araújo Pereira, ambos de 34 anos, na cidade de Santa Inês, durante um jogo de sinuca em um bar. Na época, Jhonatan Silva foi preso e se apresentou com o nome falso de Leandro da Silva Conceição.

Irmão - Quando esteve à procura de Décio Sá para matá-lo, Jhonatan Silva voltou a afirmar que por muito pouco não matou o irmão do jornalista, cujas características físicas são bem semelhantes. "No bairro João Paulo, cheguei a ver o irmão de Décio Sá, que era muito parecido, mas quando comparei com a foto que eu tinha no celular desisti porque vi que não era ele [Décio]", disse o pistoleiro, que também afirmou ter ouvido *Júnior Bolinha* falar sobre a intenção de matar outra pessoa.

"*Júnior Bolinha* uma vez me falou que precisava 'calar' um ambientalista que estava prejudicando muito ele, mas não chegou a

dizer o nome", disse o matador.

Os outros dois interrogados de ontem, Marcos Bruno Silva de Oliveira e Elker Farias Veloso, negaram envolvimento nos crimes e não reconheceram seus depoimentos prestados à Polícia Civil, apesar de tê-los assinados. O primeiro, inclusive, chegou a afirmar que foi torturado para concordar com o conteúdo de sua oitiva durante as investigações.

O último dia de audiências com os réus no processo que apura a morte de Décio Sá foi encerrado às 16h. Agora, o Ministério Públíco Estadual terá prazo de cinco dias para se manifestar sobre os acusados e, posteriormente, os advogados de defesa dos réus, após intimados, terão o mesmo prazo para as alegações finais. Passado esse trâmite, o juiz do caso terá 10 dias para pronunciar ou impronunciá-los a júri popular.



Júnior Bolinha
uma vez me
falou que
precisava
'calar' um
ambientalista
que estava
prejudicando
muito ele"

Jhonatan Silva, em
depoimento à Justiça

TJ mantém Irlahi na Prefeitura de Rosário

A juíza titular da 1ª Vara da Comarca de Rosário, Rosângela Prazeres Macieira, determinou ontem, liminarmente, o retorno da prefeita Irlahi Linhares (PMDB) ao cargo.

Ela havia sido afastado por 90 dias pela Câmara Municipal, em decisão tomada na noite de segunda-feira, dia 3. A votação terminara 6 a 5 na ocasião.

No seu despacho, a magistrada disse entender que a peemedebista teve cerceado o direito de defesa, já que não estava presente à sessão plenária que culminou com o seu afastamento. "A votação foi realizada sem que a requerente exercesse seu direito constitucional de defesa, a fim de que pudesse efetivamente participar da decisão tomada ao final dos trabalhos", decidiu a juíza.

O afastamento da prefeita foi tomado por suposta improbidade administrativa, já que a Prefeitura de Rosário contratou a empresa do pai, a Moraes e Linhares Ltda, para o fornecimento de combustíveis e derivados para todas as secretarias do Município.

O valor do contrato, publicado no Diário Oficial da União (DOU) do dia 5 de março, é de R\$ 919.450,00.

Convocados

O Tribunal de Justiça do Maranhão convocou mais 48 aprovados nos concursos de 2009 e 2011.

Quatorze são analistas judiciários aprovados, 11 técnicos, dois comissários de Justiça da Infância e Juventude e 19 auxiliares. Estes do concurso de 2011.

Outros dois oficiais de Justiça aprovados em 2009 também foram chamados. Com a nova convocação, o Judiciário chega a 950 servidores integrados na gestão Guerreiro Júnior.

Projeto que regulamenta auxílio-moradia a juízes passa na CCJ da Assembleia

Emendas de Bira do Pindaré e de Manoel Ribeiro foram rejeitadas pelo relator Carlos Alberto Milhomem; benefício era garantido por meio de Resolução do TJ

Ronaldo Rocha
Editor de Política

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou o Projeto de Lei 093/2013, que prevê a regulamentação do auxílio-moradia ao Poder Judiciário do Estado. O relator da CCJ, deputado Carlos Alberto Milhomem (PSD), no entanto, rejeitou as emendas apresentadas pelos parlamentares Bira do Pindaré (PT) e Manoel Ribeiro (PTB). O projeto de lei que tramita na Assembleia foi encaminhado à Casa pelo presidente do Tribunal de Justiça (TJ), Antonio Guerreiro Júnior. O auxílio já existe no Judiciário, mas funciona apenas por uma resolução do TJ.

Com o parecer favorável da CCJ, o projeto agora segue para apreciação e votação no plenário. O deputado Tatá Milhomem disse que cabe aos deputados aprovarem ou não a proposta. "Nosso parecer foi favorável ao projeto original e contrário a todas as emendas apresentadas pela Assembleia. Resta agora aguardar a votação em plenário. Os deputados é quem vão decidir sobre o projeto", disse.

Emendas - A emenda de Bira do Pindaré rejeitada pela CCJ consistia em determinar a liberação do benefício apenas ao magistrado que não possui residência própria na comarca onde trabalha. Na semana pas-



Sob coordenação de Milhomem, deputados discutem projeto na CCJ

sada, Bira do Pindaré afirmou que somente votaria pela aprovação do projeto de lei caso a sua emenda fosse aceita. "Não faz sentido e não tem justificativa para um magistrado que tem residência fixa onde trabalha receber esse benefício. É algo que não pode ser aceito por esta Casa", disse.

Bira do Pindaré lembrou, na ocasião, que também havia apresentado uma emenda sobre o projeto da Assembleia Legislativa. "O auxílio também existe na Assembleia e aqui eu assumi essa mesma postura. Por isso há a coerência. Abri mão do benefício porque moro em São Luís. Portanto, não preciso do auxílio. Da mesma forma penso para o Judiciário", afirmou.

Já emenda de Manoel Ribeiro, também rejeitada pela CCJ, suprimia o artigo 3º os aposentados. No texto original, o artigo 3º cancela o benefício em casos de falecimento, aposentadoria, demissão ou disponibilidade do magistrado. Tatá Milhomem não explicou os motivos pelos quais a CCJ rejeitou as duas emendas apresentadas pelo Parlamento Estadual.

No projeto de lei enviado à Assembleia, o desembargador Guerreiro Júnior argumenta que a proposta de regulamentar o auxílio moradia "toma por base as diretrizes fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do mandado de segurança 26794-1/MS, além de observar os parâmetros utilizados pelos

Mais

Na semana passada, o deputado Edilázio Júnior (PV) pediu votação em regime de urgência do Projeto de Lei 093/2013. Com parecer favorável da CCJ, é possível que a proposta seja discutida em plenário e votada logo no início da próxima semana.

Apenas Bira do Pindaré e Manoel Ribeiro se colocaram contrários ao projeto original, enviado à Casa por Guerreiro Júnior. Ambos chegaram a afirmar que somente votariam na aprovação do projeto caso as emendas propostas fossem aceitas pela CCJ. Como as duas emendas foram rejeitadas, é provável que os parlamentares votem contrários ao projeto do Judiciário.

demais estados da federação".

Assembleia - O auxílio-moradia também existe na Assembleia Legislativa. Mas apenas os deputados Bira do Pindaré e Rubens Pereira Júnior (PCdoB) optaram por não receber, após polêmica sobre o benefício na imprensa local.

Apesar de a polêmica ter ocorrido no ano passado, somente no mês de abril deste ano Rubens decidiu abrir mão do auxílio-moradia, que é de R\$ 2.250,00 para cada parlamentar.

"A meu ver, o benefício deve favorecer apenas os deputados que não possuem residência na capital. Os que não possuem residência em São Luís devem ser os únicos a receber o auxílio", pregou.

Chapadinha ganhará Turma Recursal

Tribunal de Justiça inaugura amanhã mais uma unidade; confirmadas novas turmas para São Luís, Presidente Dutra e Caxias

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) instalará neste mês mais quatro Turmas Recursais na capital e no interior. A primeira será inaugurada na Comarca de Chapadinha, amanhã, em solenidade às 10h. Há novas turmas confirmadas para São Luís, Presidente Dutra e Caxias, nos dias 11, 12 e 14, respectivamente. No dia 13, o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, entrega os serviços de reforma do Fórum de Poção de Pedras.

Até então restritas a São Luís – que passará a contar com seis unidades –, as Turmas Recursais,

a partir deste ano, foram descentralizadas para comarcas de entrância intermediária em que há expressivo acúmulo de processos nos juizados.

Bacabal (a 250 km de São Luís) recebeu em maio a primeira turma recursal nessa condição, em ato que reuniu Guerreiro Júnior, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, juízes e autoridades.

A Turma Recursal Cível e Criminal da comarca tem como presidente o juiz da 2ª Vara, Carlos Ro-

berto de Paula, e como membros titulares os juízes Marcelo Silva Moreira (Juizado Especial) e Luís Carlos Licar (Juizado de Pedreiras).

"Ao abrir as novas unidades recursais, o Judiciário pretende, de imediato, desafogar os juizados e atender prioritariamente a comunidade com menor poder aquisitivo", lembra o presidente do TJMA.

Ações diversas - O ano de 2013 tem sido movimentado em realizações judiciais na gestão do presidente Guerreiro Júnior. Em maio, houve a instalação de oito varas na capital e da comarca de Joselândia (ex-termo de Presidente Dutra).

Em abril, foram instaladas duas varas criminais na comarca de Ribamar. Em março, o TJMA inaugurou a nova sede da comarca de Carutapera e a reforma do Fórum de Turiaçu.

Pelo menos uma dezena de novos prédios está em construção hoje no estado, a maioria com término de obras assegurado para os próximos meses.

Mais

O Tribunal de Justiça instalou em maio oito varas judiciais em São Luís, com proposta de acelerar o julgamento de demandas que sobrecarregaram a Justiça de 1º grau da capital. As novas unidades - 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª e 16ª varas cíveis e a Vara de Interesses Difusos e Coletivos - já funcionam no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau).

CONTRADIÇÃO OU REVIRAVOLTA?

Matador de Décio diz que não sabe PN de quem encomendou o crime

PÁGINA 3

CONTRADIÇÃO

Jhonatan Silva disse que o condutor da moto na fuga foi 'Neguinho Barrão'. O pistoleiro também afirmou que não sabe quem são os autores do crime.

Matador de Décio Sá desconversa e diz que não sabe quem encomendou o crime

O assassino confesso do jornalista Décio Sá, Jhonathan Silva, mudou seu depoimento em relação ao inquérito policial durante audiência realizada nesta quarta-feira (5), no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Na nova versão para o crime, Jhonathan continuou afirmando ser o executor, mas disse que quem o ajudou na fuga, conduzindo a moto, foi Marcos Antônio de Sousa Santos, vulgo Neguinho Barrão, nome que até então não havia sido citado nas investigações.

O nome de Neguinho Barrão foi citado no dia anterior por José Raimundo Sales Chaves Júnior, o Júnior Bolinha. Ele seria caseiro de Bolinha. De acordo com o pistoleiro, foi o Neguinho Barrão quem intermediou o contato dele com Júnior Bolinha e que os três fizeram a negociação no



Depois de abrir a boca e apontar o dedo pra todo mundo, Jhonatan Silva mudou o rumo da conversa

sítio do empresário para tratar do assassinato do jornalista Décio Sá.

Jhonatan afirmou ainda que foi Neguinho Barrão quem entregou a arma ponto 40 para que ele praticasse o homicídio. O pistoleiro disse, durante a audiência, que não sabe quem foram os mandan-

tes do crime. Perguntado o porquê de estar falando essa história só agora, Jhonatan afirmou que estava com raiva de Júnior Bolinha e por isso inventou essa história, porque o crime não havia sido pago.

No depoimento, ele deixa de acusar o Marcos Bruno e o Elker Farias como ajudantes

na fuga, após o assassinato, conforme consta no inquérito policial. O promotor, no entanto, informou que Marcos Bruno já havia confessado que foi ele quem deu fuga ao assassino. O depoimento do pistoleiro durou cerca de duas horas e 45 minutos.

FASE DE INSTRUÇÃO - Até sexta-feira (10), somente testemunhas de acusação devem ser ouvidas. A segunda semana de audiências será reservada às testemunhas de defesa e, na terceira, os acusados do processo devem ser interrogados. Terminada a fase de instrução, o MP-MA terá que apresentar alegações finais sobre cada um dos acusados. Feito isto, o juiz vai determinar se eles vão a júri popular. Caso contrário, os acusados podem ser absolvidos.

(PORTAL G1)

Acusados do assassinato de Joaquim Lauristo serão julgados nesta quinta

Serão julgados nesta quinta-feira (6) Guilherme José Mendes Reis e Segundo Luís Silva Moreno, acusados do assassinato de Joaquim Felipe de Sousa Neto, o Joaquim Lauristo, um dos condenados pela morte do delegado de Polícia Civil Stênio José Mendonça, em maio de 1997, em São Luís. Joaquim Lauristo foi assassinado em outubro de 2008, quando cumpria a pena em regime semiaberto.

O julgamento será presidido pelo juiz titular da 4ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, José Ribamar Goulart Heluy Júnior, às 8h30, no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau. De acordo com a denúncia do Ministério Público, durante o período em que cumpria pena na Penitenciária de Pedrinhas, Joaquim Lauristo envolveu-se com Segundo Luís Silva Moreno e Wilder Ardela Michhue, que detinham o poder econômico do tráfico de drogas no Mara-

nhão. Joaquim Lauristo teria se apropriado de partes dos lucros auferidos com o tráfico e não cumpriu sua parte nas transações ilícitas, tendo os acusados encomendado sua morte a Péricles Ribeiro Moreira, que também era interno da penitenciaria.

Na denúncia, consta que Péricles Ribeiro, responsável pela organização da empreitada criminosa, contratou Luciano Alves Moraes, Guilherme José Mendes Reis e Fredson do Lago Mota dos Santos para matarem a vítima. No dia 29 de outubro de 2008, por volta das 6h, quando Joaquim Lauristo, que tinha o benefício do trabalho externo, saiu da Penitenciária de Pedrinhas para a empresa onde trabalhava, de propriedade de seu irmão, no bairro São Cristovão, foi seguido por um veículo Siena em que estavam os três contratados. Péricles Ribeiro acompanhava o grupo em uma motocicleta.

• Sistema de esgotos

A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) deve reparar imediatamente os sistemas e lacrar todos os lançamentos de esgotos no Rio Parga, na bacia do Rio Anil, em São Luís, conforme determinação da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que rejeitou recurso da empresa. A Caema recorreu de decisão do juízo da 4ª Vara da Fazenda Pública, em ação proposta pelo Ministério Público Estadual contra a companhia e o município de São Luís, buscando a adequação dos pontos de lançamento de esgotos no Rio Parga.

• Tratamento

O rio estaria poluído pelo recebimento de esgoto sem tratamento, com ciência e concordância do Município. A empresa pediu que fossem suspensos os efeitos da decisão, alegando que não seria responsável em reparar todos os pontos, uma vez que alguns deles caberiam ao Município e outros seriam de origem clandestina. Pediu ainda um prazo de 180 dias para tomar as providências. O relator do recurso, desembargador Jorge Rachid, manteve a determinação, considerando que o problema existe desde 2011. Ele ressaltou a relevância do caso, dada a necessidade de proteção ao direito sanitário e ambiental. "O despejo de dejetos domésticos nas redes pluviais caracteriza poluição e oferece risco à saúde pública e preservação ambiental", assinalou.

Página 11

POLÍCIA

Sistema Penitenciário do Maranhão terá serviço de Disque-Denúncia

Com foco em agilizar o atendimento às denúncias referentes ao sistema penitenciário maranhense, a Secretaria de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap) vai implantar, até o final de julho, o serviço de Disque-Denúncia do órgão.

Sistema Penitenciário do Maranhão terá serviço de Disque-Denúncia

O sigilo é, portanto, garantido, a fim de que as pessoas tenham segurança e possam fazer as denúncias sem medo de sofrer eventuais retaliações por parte de agressores

Com foco em agilizar o atendimento às denúncias referentes ao sistema penitenciário maranhense, a Secretaria de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap) vai implantar, até o final de julho, o serviço de Disque-Denúncia do órgão. Em parceria com o Movimento Rio de Combate ao Crime (MovRio), entidade pioneira neste tipo de serviço no Brasil, o Disque-Denúncia é um programa que consiste em tornar mais eficaz as ações de fiscalização e monitoramento do órgão, além de aproximar a sociedade, os familiares dos presos e apenados e os próprios servidores das questões referentes ao sistema prisional.

O novo serviço tem como função receber, acompanhar, monitorar, avaliar e resolver o problema da denúncia realizada, levando aos setores responsáveis, dentre os quais a Ouvidoria e a Corregedoria, as devidas atribuições que compete a cada um. O secretário Sebastião Uchôa disse que o serviço de Disque-Denúncia ficará diretamente ligado a estes dois setores. "Este dois setores, que já trabalham em parceria, estarão mais unidos no intuito de dar uma resposta à sociedade sobre os atendimentos re-

alizados", afirmou Uchôa.

O serviço oferecido pelo Disque-Denúncia da Sejap primará pela confiança da população. O sigilo é, portanto, garantido, a fim de que as pessoas tenham segurança e possam fazer as denúncias sem medo de sofrer eventuais retaliações por parte de agressores. Trata-se de serviço gratuito e que funciona em todo o Maranhão. "Será um serviço no qual a sociedade poderá confiar. Nós queremos trabalhar em prol de um melhoramento significativo do sistema e para isso precisaremos da ajuda da sociedade civil, do poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e outros órgãos envolvidos direta e indiretamente no sistema", destacou o secretário.

MAIS DE 400 ATENDIMENTOS - Hoje a Ouvidoria da Sejap - setor que tem como finalidade ser um canal de comunicação com o público - já realizou, em três meses da nova gestão, mais de 400 atendimentos, que vão desde reclamações, denúncias, críticas ou elogios concernentes ao sistema penitenciário do Maranhão. Os dados, provenientes da própria Ouvidoria, re-

velam que a maioria dos atendimentos realizados foram os de denúncia. O ouvidor da Sejap, Luís Henrique França, disse que a grande maioria delas está relacionada à localização de presos foragidos. "As denúncias são feitas anonimamente. São pessoas que sabem onde os presos estão e temem pela própria segurança, denunciando a localização dele", contou.

Em uma média de cinco a seis denúncias diárias, sendo as mais frequentes localizações de detentos foragidos, possíveis fugas de internos e até agressões a presos, o ouvidor explicou que é realizado uma triagem delas e elas são encaminhadas à Corregedoria do sistema penitenciário, que é responsável por investigar, corrigir erros, abusos de autoridades judiciárias e funcionários. "É um trabalho feito em conjunto entre a Ouvidoria e a Corregedoria. Nós recebemos a denúncia, encaminhamos e então cobramos do corregedor uma resposta", disse. França

Só de atendimentos sobre denúncias, a Ouvidoria registrou aproximadamente 275 casos. Luís Henrique revelou que existem situações que o próprio parente do detento



A Sejap implantará o serviço, em parceria com MovRio

denuncia quando e como este pretende fugir. "Já tivemos casos onde impedimos a fuga de internos por conta de denúncias feitas por parentes deles. Nesse caso em especial uns três detentos iriam fugir lá do CDP de Pedrinhas", recordou Luís.

Henrique falou da importância deste serviço oferecido pela Sejap. De acordo com ele, a Ouvidoria vem preservar a integridade física daqueles que cumprem uma pena restritiva de liberdade, bem como ser uma

aliada da sociedade em geral. "A Ouvidoria é um canal de comunicação com o público e está disponível 24h por dia a fim de atender o público externo e interno que está relacionado ao sistema", destacou.

COMO DENUNCIAR-As denúncias para a Ouvidoria da Sejap podem ser efetuadas de três formas. Sendo a primeira presencial, ou seja, a pessoa pode se dirigir até o local onde a Ouvidoria fica localizada, que é na Rua dos Afogados, nº 405, Centro de

São Luís. Já o segundo meio é eletrônico, através do e-mail ouvidoria@sejapma.gov.br e, por fim, via telefone pelo número (98) 91817012. O ouvidor adiantou que em breve o serviço Disque-Denúncia da Sejap será implantado, contribuindo assim para estreitar laços com a sociedade em geral. "Com o Disque-Denúncia nós vamos poder estar ainda mais próximos da sociedade, possibilitando que ela venha até nós de forma mais rápida e com maior quantidade de informações", pontuou ele.

Funcionando como um porta-voz, a Ouvidoria tem como missão ouvir os funcionários, contratados, parentes e não parentes de apenados do sistema penitenciário com intuito de registrar denúncias destes sobre determinada ocorrência ou situação. Não só as denúncias, mas também críticas, elogios ou reclamações. A Ouvidoria atua junto ao gabinete do secretário e aos demais setores de direção, transmitindo e buscando soluções para as questões apresentadas.

ROSÁRIO

Réu é condenado a mais de 18 anos de prisão por homicídio

Em Tribunal do Júri da Comarca de Rosário, realizado no dia 21 de maio, o réu Leandro Chagas Rodrigues foi condenado a 18 anos, quatro meses e dois dias de reclusão pelo assassinato de Maria do Bom Parto Serejo Ferreira, cometido em 4 de setembro de 2009.

O Conselho de Sentença

acolheu a tese do promotor de justiça Carlos Cézar Silva Lindoso de homicídio qualificado por motivo torpe. Proferiu a sentença a juíza Rosângela Santos Prazeres Macieira.

O crime foi cometido durante a madrugada. Leandro Chagas Rodrigues desferiu um tiro no pescoço da vítima,

que tinha 27 anos e estava grávida de três meses. Maria do Bom Parto Serejo Ferreira deixou dois filhos, que dependiam do seu trabalho para a sobrevivência. No momento em que foi atingida, a vítima estava próxima de sua casa.

Testemunhas informaram que Leandro Chagas Rodri-

gues, à época do crime, integrava a Gangue Pato Louco, que promovia arrastões e causava transtornos à ordem pública.

Foi concedido ao réu o direito de recorrer em liberdade, em razão de ter se apresentado à Justiça voluntariamente e, quando posto em liberdade, não ter se envolvido em novos delitos.

VEREADOR QUER TRANSFORMAR CASINO MARANHENSE EM ESTACIONAMENTO

PAG. 03

PROPOSIÇÃO

Vereador quer transformar Casino Maranhense em estacionamento

Buscando uma alternativa para resolver o problema de estacionamento de veículos na área do centro da cidade, o vereador Roberto Rocha Júnior (PSB) apresentou um requerimento na Câmara Municipal de São Luís, no sentido de transformar o Casino Maranhense, localizado na avenida Beira Mar, em local apropriado para esta atividade. Pela proposição do parlamentar socialista, aprovado por unanimidade, ao adquirir o imóvel, a prefeitura poderá firmar parcerias com empresas privadas, que deverão usar o terreno para construir um estacionamento rotativo.

Segundo Roberto Rocha Júnior, essa medida contribuirá para resolver o problema da escassez de estacionamento no Centro da cidade e evitar que motoristas estacionem em locais proibidos. "A mobilidade urbana em São Luís tem se tornado um grande desafio,

pois a cidade não tem mais estrutura para abrigar a enorme quantidade de carros que circulam pela cidade. Essa parceria público-privada é importante, na medida em que minimizará os problemas que temos em relação a estacionamentos," enfatizou o vereador do PSB.

MANIFESTAÇÕES A FAVOR - O requerimento teve boa aceitação e foi elogiado pelos vereadores presentes no plenário do Legislativo São-luisense. Entre os parlamentares que se manifestaram em discurso a favor da proposta de Roberto Rocha Júnior estão Fábio Câmara (PMDB), Professor Lisboa (PCdoB) e José Joaquim (PSDB), concordando que o Casino Maranhense fica localizado em uma área estratégica e que, portanto, precisa ser melhor aproveitada em benefício da população.

Caso a proposta de Roberto



Vereador Roberto Rocha Jr., autor do requerimento

Rocha Junior seja acatada pelo prefeito Edivaldo Holanda Junior, o estacionamento irá atender às necessidades de proprietários de veículos de pessoas que trabalham ou que freqüentam órgãos públicos como por exemplo Palácio dos

Leões, Palácio La Ravardière, Catedral Metropolitana, Capitania dos Portos e o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, e outros, além de quem precise resolver seus problemas em locais estratégicos na área do Centro.



A mudança da versão de Jhonatan de Sousa para a morte de Décio Sá revela que depoimentos estão recheados de verdades, meias verdades e mentiras.

POLÍTICA 3

As caras do cinismo

No término da longa jornada de depoimentos, de 35 testemunhas de acusação e de 11 indiciados no caso do assassinato do jornalista Décio Sá, o juiz do Júri de São Luís, Márcio Brandão, e o representante do Ministério Público têm em mãos farto material para preparar a terceira fase do processo: o julgamento. Nas cansativas oitivas, acompanhadas por um pequeno batalhão de advogados, o magistrado e o promotor perguntaram muito e ouviram relatos recheados de verdades, mentiras, dissimulações e acusações sem provas.

O fato que chama a atenção é que até o assassino confessado na parte inicial do inquérito, o pistoleiro Jhonatan de Sousa Silva, agora muda a versão em que acusou agiotas, empresários e o deputado Raimundo Cutrim. Ontem, ele deixou todos estupefatos, ao dizer que não sabe quem mandou matar Décio Sá. O que afirmou anteriormente teria sido para “colaborar com a polícia”. Significa que foi induzido a dizer o que os delegados queriam, por temer ser morto. E pergunta-se: qual versão é a verdadeira? Como um pistoleiro confessado de dezenas de assassinatos – desde os 14 anos – agora vem com essa história de medo de morrer?

O que se pode deduzir nesse momento das investigações é que todos os depoimentos dos acusados estão recheados de mentiras, meias verdades e verdades inteiras. O difícil é desmontar o quebra-cabeça. É como se ninguém conhecesse ninguém. E quem conhecia era por amizade de infância, mas nada relacionado com agiotagem, assassinatos, encordadas de pistolagem e negócios escusos com veículos, etc. Todos “gente boa”. Incapazes de matar uma barata. Agora, o juiz Márcio Brandão deve pedir novas investigações, para preencher as lacunas dos depoimentos, transformados num cipoal de informações desencontradas e difíceis de serem checadas. Não vai ser moleza destrinchar o emaranhado.

CASO DÉCIO SÁ

A nova versão de Jhonatan

**Acusado assume execução
de jornalista, mas nega
conhecer Gláucio Alencar**

**Assassino aponta outra
pessoa como condutora
da moto usada no crime**

**Cutrim, Gláucio Alencar,
José de Alencar e Capita
não teriam participação**

O mais aguardado depoimento à Justiça sobre o assassinato do jornalista e blogueiro Décio Sá foi também o mais surpreendente. Jhonatan de Sousa Silva, apontado pelo inquérito policial como o autor dos disparos, disse ontem ao juiz da 1ª Vara do Júri de São Luís, Márcio Brandão, que não sabe quem mandou matar Décio Sá e que Gláucio Alencar, Fábio Capita e José de Alencar não têm participação no crime. Segundo Jhonatan Silva, a citação desses nomes foi motivada pela forte pressão do interrogatório policial.

URBANO

CASO DÉCIO SÁ

Crime tem nova versão

Jhonatan nega participação de três réus no plano de executar

jornalista e revela a identidade do suposto condutor da moto usada no assassinato

AUGUSTO DO NASCIMENTO

Exatamente um ano depois de ter sido preso, ontem pela manhã, Jhonatan de Sousa Silva, de 25 anos, foi interrogado na audiência de instrução que apura o assassinato do jornalista e blogueiro Décio Sá. Ele admitiu ter cometido o crime, disparando à queima-roupa contra a vítima, em abril do ano passado, em troca da recompensa de R\$ 100 mil prometida por outro acusado de envolvimento no crime, o empresário José Raimundo

Alves Chaves Júnior, o "Júnior Bolinha". Além disso, Jhonatan de Sousa Silva revelou a identidade de um suposto envolvido que até então não constava nos autos do processo. A irmã do jornalista, Vilenir Sá, acompanhou parte do interrogatório, na sala de julgamento da 1ª Vara do Júri de São Luís.

Segundo Jhonatan de Sousa Silva, um homem já mencionado nos interrogatórios anteriores de outros acusados, mas identificado apenas pelo apelido de "Neguinho Barrão", chama-se na verdade Marcos Antônio Souza Santos, e era o condutor da moto que levou o executor até a barraca da Avenida Litorânea onde Décio Sá foi fatalmente alvejado, além de ter vendido a arma do crime a Jhonatan de Sousa Silva, por R\$ 2 mil. Marcos Santos também teria intermediado os contatos



GILSON TEIXEIRA/OMPIPO PRESS

A irmã do jornalista Décio Sá, Vilenir Sá, acompanhou parte do interrogatório, na sala julgamento da 1ª Vara

entre o autor dos disparos e Júnior Bolinha, assim como teria dividido o valor que chegou a ser pago pelo serviço encomendado. O réu esclareceu que ainda não tinha informado o nome do comparsa, o qual atualmente se encontra foragido, com a intenção de protegê-lo. Ambos se conheciam em 2010, em um bar da cidade de Santa Inês.

Nos depoimentos dos acusados à comissão de delegados que coordenou as investigações e diligências relacionadas ao homicídio do jornalista, na fase de inquérito policial, quem assumiu ter conduzido a moto foi o réu Marcos Bruno Silva de Oliveira, de quem Jhonatan de Sousa Silva disse ser amigo e desconhecer o motivo que o teria levado a declarar a própria participação na trama criminosa. Mar-

cos Bruno de Oliveira também foi interrogado ontem.

Em relação a Júnior Bolinha, a quem Jhonatan de Sousa Silva teria sido apresentado por Neguinho Barrão, o executor confessado disse que tiveram vários encontros, mas que sentia muita raiva do empresário quando de pôs à polícia, a ponto de desejar mata-lo, por conta da falta de pagamento pelos assassinatos encomendados de Décio Sá e de Fábio Brasil, este executado em Teresina, cerca de um mês antes da morte do jornalista. Segundo Jhonatan de Sousa Silva, foram prometidos R\$ 100 mil por cada execução, mas o empresário só teria pago o total de R\$ 24 mil. De acordo com Jhonatan de Sousa Silva, estes teriam sido os dois únicos assassinatos por encomenda que ele teria praticado.

Por esse motivo, e para tornar mais convincente o envolvimento de Júnior Bolinha na trama, Jhonatan de Sousa Silva assentiu ter incluído, no próprio depoimento à polícia, os nomes de diversas pessoas mencionadas pelo empresário em conversas que tiveram, as quais integrariam seu círculo de relações de amizade ou profissionais. Tais nomes, que ontem Jhonatan de Sousa Silva informou não terem participado do plano de matar Décio Sá, seriam de três outros réus do processo – o capitão da Polícia Militar (PM) Fábio Aurélio Saraiva Silva, o "Fábio Capita", os empresários Gláucio Alencar Pontes Carvalho e José de Alencar Miranda Carvalho, pai de Gláucio Alencar –, além do deputado estadual Raimundo Cutrim.



**Ano em que
Jhonatan de Sousa
disse ter conhecido
Marcos Antônio
Souza**



**Valor recebido
pela execução do
jornalista Décio Sá**

**Jhonatan de Sousa Silva
disse que está arrependido
de ter executado o
jornalista Décio Sá**



**Juiz Márcio Brandão e o promotor Luís
Carlos durante os depoimentos do Caso Décio Sá**

» Arrependimento

Sobre o também acusado Fábio Aurélio do Lago Silva, o "Bochecha", Jhonatan de Sousa Silva disse não recordar se citou o nome dele nas oitivas iniciais da investigação, em vista de se encontrar sob forte pressão dos delegados a quem prestou depoimento, tendo muitas vezes admitido informações sugeridas para não sofrer represálias. Interrogado pelo próprio advogado de defesa, Pedro Jarbas, Jhonatan de Sousa Silva disse estar arrependido de ter executado Décio Sá, em vista do sofrimento que sabe ter causado a diversas pessoas, mas que pretende pagar pelos crimes que cometeu, e no futuro reconstruir a vida ao lado dos três filhos, com idades entre sete meses e dois anos.

Na contramão

Coincidindo com a decisão do Conselho Nacional de Justiça, de cortar o pagamento de auxílio-alimentação a juízes de 12 estados, entre eles o Maranhão, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Assembleia Legislativa deu ontem parecer favorável ao projeto de lei que regulamenta o pagamento de auxílio-moradia a magistrados maranhenses.

'CASO DÉCIO SÁ'

JHONATAN DIZ TER ACUSADO GLÁUCIO E MIRANDA SOB PRESSÃO DA POLÍCIA

O autor confesso da morte do jornalista Décio Sá, Jhonatan de Sousa Silva, de 25 anos, revelou ontem, em seu depoimento à Justiça, que não sabe quem são os autores intelectuais do crime. E disse que só acusou Gláucio Alencar e seu pai, José de Alencar Miranda, por es-

tar sob forte pressão da polícia. Jhonatan Silva reafirmou ter sido contratado por José Raimundo Sales Chaves Júnior, o "Júnior Bolinha", para executar Décio e o empresário Fábio Brasil, em Teresina, por R\$ 100 mil, cada um.

ÚLTIMA PÁGINA

G. PEREIRA



Jhonatan fala sobre o assassinato de Décio Sá no Fórum do Calhau

CASO DÉCIO SÁ

Jhonatan diz ter acusado Gláucio Alencar e Miranda por estar sob pressão da polícia

POR JULLY CAMILO

Na manhã de ontem (5), o parense Jhonatan de Sousa Silva, de 25 anos, disse em seu depoimento, no último dia das oitivas do processo que apura a morte do jornalista Décio Sá, não saber quem são os verdadeiros mandantes do crime, afirmando que só acusou Gláucio Alencar e seu pai, José de Alencar Miranda, por estar sob forte pressão da polícia. Jhonatan Silva reafirmou ter sido contratado por José Raimundo Sales Chaves Júnior, o "Junior Bolinha", para executar o blogueiro e o empresário Fábio Brasil, por R\$ 100 mil, cada um.

O pistoleiro revelou, também, que ficou revoltado com o fato de ter recebido somente R\$ 24 mil dos R\$ 200 mil que deveriam ter sido pagos pelo contratante dos assassinatos, motivo pelo qual envolveu o nome do deputado estadual Raimundo Cutrim e do capitão da Polícia Militar Fábio Aurélio Saraiva Silva, pois sabia que eles tinham ligações de amizade ou profissionais com "Bolinha". Jhonatan Silva revelou, durante quase três horas de interrogatório, que a arma utilizada no crime, uma pistola ponto 40, era sua e foi comprada em 2011 de Marcos Antonio de Sousa Santos, o "Neguinho Barrão", pelo valor R\$ 2.500.

Proposta

"Conheci 'Neguinho Barrão', em 2010, na cidade de Santa Inês, em um bar, e ele me revelou que vivia de pistolagem em Marabá-PA, sendo acostumado a matar para a polícia, mas teria vindo foragido para o Maranhão porque havia matado

uma pessoa ligada aos policiais e estes se tornaram seus inimigos. Foi 'Neguinho' quem me fez a primeira proposta de crime por encomenda e me apresentou ao 'Júnior Bolinha', que deu sequência às negociações; como estava precisando de dinheiro aceitei, e depois disso voltei ao sítio várias vezes, para acertar os detalhes e o valor do crime. Primeiro, acertamos a morte de Fábio Brasil, que ficou em R\$ 100 mil, para o pagamento à vista; porém só recebi R\$ 9 mil, mas confiei porque 'Neguinho Barrão' me garantiu que 'Bolinha' tinha muito dinheiro e o pagamento era certo. Das vezes que cobrei o contratante, ele sempre me pedia para ampliar o prazo por mais 30 dias, e sempre me enrolava. O próprio 'Neguinho', que também era cobrador para 'Júnior', sempre dizia que estava correndo atrás do dinheiro para me pagar, mas nada acontecia", disse Jhonatan Silva.

Pagamento

Segundo o executor do jornalista, "Bolinha" teria dito que Gláucio Alencar e José Miranda Carvalho seriam os mandantes do crime e que havia outro "serviço", da mesma natureza, para ser executado em São Luís. Segundo Jhonatan Silva, durante as tratativas da morte de Décio Sá, "Júnior Bolinha" disse que o blogueiro falava demais e por isso precisava ser eliminado. "Questionei o pagamento da morte de Fábio Brasil, já que a encomenda atual era de valor semelhante - R\$ 100 mil, mas o 'Bolinha' afirmou que era para eu fazer o serviço que ele ia tirar dinheiro dos mandantes, à força, em São Luís; por isso acreditei que realmente fossem eles e acabei sen-

do enganado. Afinal, desse valor foi pago R\$ 20 mil, sendo R\$ 5 mil para o 'Neguinho' e R\$ 15 mil para mim. Cheguei a São Luís quatro meses antes do crime e fiquei em uma casa no Parque dos Nobres, que seria do irmão de 'Bochecha', mas que estava sob a responsabilidade de 'Bolinha', e o próprio foi quem me repassou as chaves. Nunca conheci Adriano Lago, que era o dono do imóvel, nem o irmão dele - 'Bochecha', e acredito que ninguém da família deles sabia das minhas intenções ou do plano para qual fui contratado para executar", explicou.

Caçada

"De posse de algumas informações e de uma foto do jornalista que peguei na internet, comecei a busca por ele, três dias antes do crime. Durante esse período cheguei a confundi-lo com o próprio irmão. Na noite do crime, fui até a porta da Mirante onde encontrei um flanelinha e perguntei sobre Décio, foi quando descobri os horários nos quais ele costumava chegar e sair do trabalho. Fui para casa e esperei o momento certo de encontrá-lo na porta da empresa. O jornalista saiu do serviço, entrou no carro e mais à frente parou em um sinal; porém uma viatura da Polícia Militar se aproximou, me obrigando a recuar e acabei o perdendo de vista. Por um momento quase desisti, pois não estava conseguindo encontrá-lo, mas resolvi dar uma volta pela Litorânea, avistei seu carro e o vi no interior do bar. Pedi ao 'Neguinho Barrão', que era o meu piloto, para fazer a curva, desci da moto, entrei no bar e o executei com cinco ou seis



Jhonatan afirma estar arrependido

disparos, sendo o primeiro na parte lateral da cabeça. Não houve diálogo entre nós, ele me viu se assustou, eu atirei, saí do bar, atravessei a rua e fui embora", declarou.

Fuga e prisão

Jhonatan Silva narrou que, há uns 100 metros do local do crime, ele e o comparsa teriam avistado outra viatura da PM, percebendo que os policiais estavam à procura de alguém. O pistoleiro explicou que desceu da moto, subiu uma duna, onde encontrou um grupo de evangélicos, e mais adiante teria enterrado a pistola ponto 40. "No início do inquérito, menti sobre a localização da arma, porque era um objeto do qual gostava muito e a mi-

nha esperança era que a recuperasse, por isso disse que havia jogado no mar", revelou.

O executor de Décio Sá relatou que caminhou até o outro lado da duna e saiu nas proximidades do Jipe Clube, no Calhau, passou pelo Quartel da Policia Militar e caminhou por aproximadamente 40 minutos até a Curva do 90, onde pegou um táxi. Jhonatan Silva informou ter, após o crime, fugido para Goiânia, onde ficou por 20 dias, mas antes passou em Teresina, onde esteve com Elker Veloso, e frisou que não teria comentado com Veloso sobre o crime. O pistoleiro afirmou que, como tinha ligações com o tráfico de drogas e não havia recebido o restante do pagamento, decidiu voltar para o Maranhão a fim de "acertar as contas" com 'Bolinha'.

"Fui preso no dia 5 de junho, do ano passado, por policiais da Seic, na companhia do meu primo Gleison Marcena de Sousa, por tráfico de drogas. Porém, a história da droga, a qual embasou a minha apresentação à mídia e à sociedade, foi somente para mascarar e não vazar a principal informação, ou seja, que o assassino do jornalista acabava de ser preso e eles sabiam disso. Afinal, quando a polícia colocou as mãos em mim, que até hoje não sei como descobriram a minha localização, foi um momento de muita euforia e comemoração por parte deles, que diziam: ele é o cara, o pegamos. Antes mesmo de eu falar qualquer coisa, até porque só fui interrogado sobre o 'Caso Décio' uma semana após a minha prisão, a polícia já sabia do envolvimento do 'Júnior Bolinha' no crime e me parece que descobriram por meio de uma interceptação telefônica".

Pressão da polícia

Segundo Jhonatan Silva, "Neguinho" afirmou que "Bolinha" teria se aproveitado de uma conversa entre o pai de Gláucio e Fábio Brasil, na qual Miranda disse que, se "Brasil" matasse seu filho ele mataria o empresário piauiense. "De posse dessas informações, 'Bolinha' me mandou fazer o serviço e depois ligou para Gláucio, dizendo que estava feito e foi então que começou a extorqui-lo. Na época, acabei citando o nome de outras pessoas, entre elas Gláucio e o pai dele, por conta da pressão que recebi por parte da polícia e da raiva que sentia de 'Bolinha', mas não sei de fato quem eram os outros interessados na morte do jornalista, além do próprio Júnior", afirmou.

De acordo com Jhonatan Silva, a raiva que ele sentia de "Júnior Bolinha" fez com que ele acusasse pessoas próximas ao empresário ou que teriam ligações profissionais, podendo de alguma forma ser afetadas pelo seu depoimento. Jhonatan revelou que "Bolinha" costumava falar do capitão Fábio Aurélio, pela amizade que os dois possuíam desde a infância e da proteção que "Júnior" dizia sentir por parte do militar. O acusado contou também ter ouvido uma conversa telefônica entre "Júnior Bolinha" e o deputado Cutrim, sobre negócios referentes a material de construção; tendo, por isso, decidido também citar o parlamentar, em seu depoimento. "Escutei a polícia dizer várias vezes que estava investigando os dois, mas sem acusação não poderiam arrolá-los no processo e lembrei que eles tinham ligações com 'Bolinha', então decidi acusá-los por pura raiva, mas me arrependi disso, pois sei que prejudiquei pessoas inocentes. O que

conheço de Gláucio e do pai dele foi tudo o que ouvia 'Bolinha' dizer, que eram do ramo de automóveis, mas nunca me encontrei nem com eles, nem com Ronaldo, nem com os policiais civis Alcides e Durans. Na realidade, fiz o negócio para 'Bolinha', mas sinceramente não sei quem são os mandantes", relatou.

Coação

"Na maioria dos interrogatórios, o secretário Aluísio esteve presente e muitas perguntas foram feitas com a câmera desligada. Sofri ameaça de morte e me disseram para colaborar, pois caso contrário iria ser mandado para morrer no Centro de Triagem, com várias facadas e depois disso nem a minha família iria me reconhecer. Ameaçaram ainda inserir o meu primo Gleison, que agora está foragido e foi preso junto comigo por tráfico, no homicídio do jornalista, dando a ele a função de piloto de fuga. Por tudo isso e pela segurança da minha família, decidi mentir e deixar que me 'pintasse' como o monstro que a polícia divulgou. Na época, fiz um acordo na Seic e dei uma entrevista afirmando que havia matado muitas pessoas, foi por isso que recebi o título do maior pistoleiro do país com pelo menos 40 homicídios. Entretanto, só respondo a quatro processos por homicídios, além do tráfico de drogas que foi o que resultou na minha prisão. Já recebi muitas propostas de encomenda, mas dispensei; nessa modalidade, só matei 'Fábio Brasil' e Décio, porque sou pai de três filhos e na época estava, realmente, precisando de dinheiro, mas sei que nada justifica tirar a vida de um ser humano. Acredito que 'Bolinha' tinha a intenção de matar mais alguém, pois

certa vez ele comentou que precisava silenciar um ambientalista que o estava prejudicando, mas não chegou a revelar o nome e nem entrou em maiores detalhes", frisou.

Arrependimento

"Estou arrependido. Se pudesse voltar no tempo não teria cometido nenhum desses crimes, quero pagar para a Justiça o que devo e sair de tudo isso de cabeça erguida. Não quero mais essa vida para mim e se tiver ao menos uma oportunidade, por menor que seja, eu vou mudar, pois pretendo criar meu filhos e sei que a minha família, em especial a minha mãe, tem sofrido muito com isso. Como no inicio, eles não sabiam de nada, acabei não tendo como pagar um advogado para me defender e a Defensoria Pública assumiu o meu caso. Mas, assim que fui transferido para o presídio federal, meu pai, que tem uma boa condição financeira, me procurou, acompanhado de minha irmã, e agora ele é quem paga o meu advogado", ressaltou.

Durante sua oitiva, o pistoleiro Jhonatan Silva recebeu uma visita inesperada. A sua atual mulher, que não quis falar com a imprensa, levou a filha do casal, agora com sete meses, para que o pai a visse pela primeira vez.

Ontem, familiares do jornalista Décio Sá, dos acusados Marcos Bruno e Elker Veloso também assistiram às audiências de instrução.

Marcos Bruno afirma ter sido coagido e torturado

Oacusado Marcos Bruno Silva de Oliveira depôs por cerca de meia hora e contou que foi obrigado, mediante tortura, coação e maus-tratos, a confessar que teria sido o piloto de fuga de Jhonatan Silva. "Até hoje não sei o porquê de ter sido envolvido neste crime. Havia contra mim um mandado de prisão por conta de clonagem de cartões e, por isso, saí de casa para me hospedar em um hotel na Avenida Litorânea, no qual fui preso em 6 de novembro, do ano passado, sob esta acusação. Entretanto, os delegados que me prenderam só foram me ouvir às 6h do dia seguinte, e me obrigaram a confessar que pilotei a moto para Jhonatan, mediante tortura, estrangulamento, afogamento, maus-tratos e ameaça de amanhecer morto com 400 chuçadas. A ordem que

chegou da Polícia do Maranhão, na casa da minha mãe, no Espírito Santo, era que eu fosse pego vivo ou morto. Eles me disseram que, como eu estava com documentos falsos, iriam me matar e eu seria enterrado como indigente, além de falar em tom ameaçador quantas pessoas havia na minha casa. Portanto, tudo o que eu falei foi combinado com os delegados antes das gravações do meu depoimento. Só vi o Jhonatan duas vezes, não sei onde ele morava, não conheço 'Júnior Bolinha', muito menos Gláucio e o pai dele. Elker é amigo de infância do meu ex-cunhado Shirliano; o conheci há 10 anos em Parauapebas. O fato é que me fizeram confessar muitas coisas das quais não sei, sobre algo que nunca fiz e pessoas as quais nunca conheci", argumentou.

Elker Veloso nega ter prestado depoimento à Polícia Civil

“Respondo a quatro processos por assalto e vim para São Luís, no final de 2011, em busca de trabalho, já que sempre mexi com venda de carros. Não participei da morte de Décio Sá, nem o conhecia. Na data do crime, eu estava em Teresina e soube por meio dos jornais, do Piauí; mas fui preso no dia 15 de junho de 2012, no aeroporto de Belo Horizonte, e agora estou guardado em Contagem, Minas Gerais. Conheci Jhonatan em Xinguara, Marcos Bruno e Shirliano os conheço desde criança, da época em que morávamos em Parauapebas. Nunca prestei nenhum depoimento formal à Polícia Civil do Maranhão; quando estive aqui fui levado para uma sala

na delegacia da Cohab, se não me engano, onde não havia computador, impressora e nada que pudesse registrar um documento. Fui perguntado sobre coisas e pessoas que eu não conhecia, senti uma certa pressão em cima de mim para confirmar alguns fatos e a abordagem foi de forma muito ríspida. Os policiais disseram que eu precisava assinar uns documentos de transferência para Minas Gerais e que, da próxima vez que precisasse vir aqui, seria na condição de testemunha, então assinei os papéis sem ter conhecimento do teor dos documentos. Se é que existe algum depoimento meu formal e por escrito, desconheço o texto digitado nele", revelou.

Audiências de instrução do processo chegam ao fim

Ojuiz Márcio Castro Brandão, que responde pela 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, encerrou no final da tarde de ontem a fase das audiências de instrução e concedeu o prazo sucessivo de cinco dias para as alegações finais do Ministério Público; e, na sequência, o mesmo prazo para a manifestação final dos advogados de defesa dos acusados. O magistrado ressaltou que, após o processo concluso, ele terá mais 10 dias para proferir sua decisão de pronunciar, impronunciar, absolver de forma sumária ou desclassificar os réus. "Em relação ao pedido da Promotoria e da defesa dos acusados José de Alencar Miranda e Gláucio Alencar, em solicitar abertura de inquérito para investigações mais aprofundadas sobre uma das escutas telefônicas envolvendo o empresário Pedro Teles, se for o caso e necessário, o pedido somente poderá ser feito após a decisão deste juiz. Mas, para isso acontecer é necessário que haja indícios de autoria ou de participação de outras pessoas não incluídas na acusação e o juiz, ao pronunciar ou impronunciar o acusado, é quem determinará o retorno dos autos ao Ministério Público por 15 dias", explicou.

O promotor Luís Carlos Duarte frisou que Jhonatan Silva já prestou vários depoimentos divergentes e contraditórios, que não somam pontos ao seu favor perante a Justiça, uma vez que decidiu fazer atribuições a pessoas que não se encontram arrroladas no processo ou não estavam presentes para se defender. Luís Carlos Duarte disse que diante dos fatos, provas e depoimentos narrados durante as oitivas, iniciadas no último dia 6 de maio, cabe à Promotoria concluir a sua análise; porém adiantou que a maioria dos acusados deverá ser pronunciada, ou seja, indicada ao júri popular. O promotor frisou que, se não houver entraves, é possível o julgamento dos 12 acusados acontecer ainda no final deste ano.

BARREIRINHAS

Audiência pública discute exploração sexual de crianças e adolescentes

Foi realizada, nessa terça-feira (4), na Casa do Turista em Barreirinhas, uma audiência pública que reuniu diversas autoridades locais, bem como representantes da sociedade civil. Na pauta, a exploração sexual de crianças e adolescentes em Barreirinhas. De iniciativa do juiz Artur Gustavo do Nascimento, a audiência revelou a preocupação no crescimento do índice de prostituição infantil no município.

"Assim que entrei em exercício na Comarca de Barreirinhas, me deparei com um pedido liminar de medida protetiva para um menor em situação de risco. De acordo com o estudo de caso elaborado pela psicóloga do Creas, Raissa Lima Dias, ficou claro que na Comarca de Barreirinhas há menores que buscam na prostituição independência financeira em virtude da falta de referência familiar, e o grande fluxo de turistas na cidade é um facilitador para isso", revelou Artur Gustavo.

Ainda de acordo com o magistrado, a realização da audiência pública teve o objetivo de conectar a atuação dos órgãos de proteção das crianças e adolescentes, bem como destacar a responsabilidade dos profissionais do turismo e da sociedade. "Essa interação faz-se necessária



DIVULGAÇÃO

Em audiência, autoridades discutem combate à exploração sexual

para evitar que menores entrem em situação de risco e tornem-se vítima de exploração sexual em Barreirinhas", ressaltou.

Na audiência, os participantes decidiram sobre a criação de uma equipe interinstitucional de combate à exploração sexual de menores, a qual deverá definir um plano de ação para coibir a exploração sexual por meio da promoção de capacitação e a divulgação de informações aos agentes sociais e realização de campanhas.

Discussões – Durante a au-

diência, os moradores de Barreirinhas foram convocados a denunciar todo e qualquer ato de violência contra crianças e adolescentes. Ele fez um alerta à sociedade para ficar atenta e ligar para o Disque Denúncia 100, quando houver informação sobre qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes.

Sobre os casos de exploração sexual de menores, a psicóloga Raissa Lima Dias afirmou que muitos deles não chegam ao conhecimento do Creas devido à ausência de encaminhamento

por parte dos profissionais da saúde e dos conselhos tutelares. Já o promotor de Justiça José Márcio defendeu a criação de políticas públicas direcionadas aos jovens da comarca, além de atividades esportivas e realização de ciclos de palestras.

Kátia Regina, coordenadora do Cras II, falou da atuação do Cras na zona rural, trabalhando no combate ao uso de drogas e à exploração sexual infantil. Ela abordou, também, o fato de o sexo ainda ser considerado um tabu na sociedade, ainda vista como muito patriarcal. Isso, segundo ela, dificulta esse controle.

Participaram da audiência, além do juiz, o promotor de Justiça José Márcio Maia Alves; o professor Raimundo Nonato Palhano como representante da Unicef; a professora Lourdes Leitão, especialista na área de violência contra a mulher; Raíssa Dias, psicóloga do Creas; Sandra Torres, coordenadora de planejamento da Prefeitura de Barreirinhas; Léo Costa, prefeito de Barreirinhas; Maria Salete da Silva Cunha, secretária de Assistência Social do Município. Presentes também demais integrantes do secretariado municipal, conselheiros tutelares, membros do Cras e Creas.

SÃO BERNARDO

Dia do Jovem na Justiça leva alunos de escola municipal ao fórum

Três estudantes, dois professores e um diretor da Escola Cônego Nestor Carvalho tiveram a oportunidade, na manhã do dia 29 de maio, de conhecer as instalações da Justiça na Comarca de São Bernardo. O grupo é o primeiro a participar do projeto "Dia do Jovem na Justiça", uma iniciativa do juiz titular da comarca, André Bezerra Ewerton Martins.

Os alunos têm idades entre 11 e 15 anos e pertencem às turmas de 5ª à 8ª série da instituição de ensino, que, segundo o magistrado, é a maior do município.

No relato de André Bezerra, por ocasião da visita ao fórum da comarca, os estudantes percorre-

ram todas as instalações da Justiça, entre as quais secretaria, sala de audiências, gabinete do juiz. Na Secretaria Judicial, puderam observar o funcionamento e conhecer o trabalho de servidores do setor. O encerramento da visita se deu no gabinete do juiz, onde o magistrado falou aos jovens sobre temas como família, drogas e paternidade responsável.

Atuação da Justiça – A visita foi ao encontro do principal objetivo do projeto "Dia do Jovem na Justiça: levar "ao ambiente forense jovens estudantes da rede pública de ensino, para acompanhar e conhecer as atividades desempenhadas pelo Poder Judiciário,

esclarecer dúvidas quanto à atuação da Justiça e debater temas de interesse social".

Segundo o juiz da comarca, idealizador do projeto, a importância do Dia do Jovem na Justiça "se justifica pela necessidade de uma atuação transparente e inclusiva da Justiça". Ainda de acordo com o magistrado, "o projeto beneficiará os jovens da comunidade com uma experiência no âmbito do Poder Judiciário, fomentando a cidadania e o exercício dos direitos".

Consta do projeto que, após a realização da visita, a direção da escola deverá promover, no prazo de cinco dias, um debate na institui-

ção de ensino envolvendo alunos participantes do projeto, monitor designado para o acompanhamento da visita e demais alunos da escola, de modo que as informações obtidas sejam compartilhadas com todos os alunos, professores, funcionários da instituição. Um relatório dos debates com as dúvidas, críticas e sugestões colhidas na oportunidade também é previsto no "Dia do Jovem na Justiça". A multiplicação da informação será direcionada também para as famílias dos alunos.

Instituições de ensino informadas pela Secretaria de Educação do município, parceira na iniciativa, visitarão o fórum.

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL
TERCEIRA SECRETARIA CÍVEL

Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau. Fórum Des. Sarney Costa. São Luís – MA. Fone:
2106-9664

Processo nº: 18534-58.2008.8.10.0001

Ação: MONITÓRIA

Parte Requerente: CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DO MARANHÃO

Parte Requerida: GLEISON BARONI PEREIRA SILVA

EDITAL DE CITAÇÃO E PAGAMENTO
(Prazo de 30 dias)

A Excelentíssima Senhora Doutora **ANA MARIA ALMEIDA VIEIRA**, Juíza Auxiliar de Entrância Final, respondendo pela 3ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, na forma de Lei, etc...

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que cita **CITADA** a parte requerida **GLEISON BARONI PEREIRA SILVA**, residente e domiciliado na Avenida São Luis rei de França, s/n, Bloco I, Apartamento 101 – Turú, nesta capital, **ATUALMENTE EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, para que pague, no prazo de 15 (quinze) dias, a quantia de R\$ 4.206,00 (quatro mil, duzentos e seis reais), ou, no mesmo prazo, oferecer embargos,** ficando isento de custas e honorários caso cumpra a obrigação. Não cumprindo a obrigação, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, na forma do artigo 1.102c do Código de Processo Civil. E para que não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de costume, em cumprimento ao despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe, a seguir transcrito: **DESPACHO:** “Defiro o pedido de fls. 33. Cite-se a parte requerida **GLEISON BARONI PEREIRA SILVA, por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, pagar o valor constante no pedido. São Luís (MA), 20 de março de 2013. Juíza ANA MARIA ALMEIDA VIEIRA, Auxiliar de Entrância Final respondendo pela 3ª Vara Cível”.** **CUMPRA-SE**, nos termos e na forma da lei. Dado e passado o presente mandado, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 29 de abril de 2013. Eu, Antonio José Aragão Soares, Técnico Judiciário, digitei.

Juíza **ANA MARIA ALMEIDA VIEIRA**
Auxiliar de Entrância Final, respondendo pela 3ª Vara Cível



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça
4ª Vara Cível da Comarca de São Luís

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

PROCESSO N°: 37428-14.2010.8.10.0001

CLASSE CNJ:Monitória

PARTE(S) REQUERENTE (S): MOINHOS CRUZEIROS DO SUL S/A

PARTE(S) REQUERIDA (S): CORREIA E SOUSA LTDA

O Excelentíssimo Senhor Dr. Tyrone José Silva, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

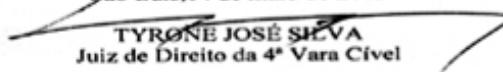
FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica **CITADA** a parte requerida, **CORREIA E SOUSA LTDA, na pessoa de seu representante legal**, e eventuais interessados, que se encontra em lugares incertos e não sabidos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o valor de R\$ 66.538,12 (sessenta e seis mil, quinhentos e trinta e oito reais e dezoito centavos) ou oferecer embargos, sob pena de conversão em mandado executivo. Não sendo oferecidos embargos, no prazo assinado, e cumprindo o suplicado o que determina esta citação, ficará isenta do pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios.

OBSERVACÃO: O prazo para embargar a ação, querendo, é de 15 (quinze) dias, a contar do prazo final da publicação do edital.

ADVERTÊNCIA: Não sendo embargada a ação, presumir-se-ão aceitos pela parte ré, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora.

ADVERTÊNCIA: Fica advertido o suplicado de o prazo inicia-se após o transcurso dos vinte dias fixados, que começa a partir da 1ª publicação.

São Luís, 14 de maio de 2013


TYRONE JOSÉ SILVA
Juiz de Direito da 4ª Vara Cível

Fórum "Desembargador Sarney Costa" Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº Calhau - São Luís (MA)
CEP: 65076-820 Fone: (98) 3194 5473 - e-mail: secciv4_silz@tjma.jus.br

TJ-MA instala mais quatro Turmas Recursais no estado

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) inicia o mês de junho com a instalação de mais quatro Turmas Recursais na capital e interior. A primeira será inaugurada na comarca de Chapadinha, na sexta-feira (7), em solenidade às 10h. Há novas turmas confirmadas para São Luís, Presidente Dutra e Caxias, nos dias 11, 12 e 14, respectivamente.

No dia 13, o presidente do TJ-MA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, entrega os serviços de reforma do Fórum de Poção de Pedras.

Até então restritas a São Luís – que passará a contar com seis unidades – as turmas recursais a partir deste ano foram descentralizadas para comarcas de entrância intermediária onde há expressivo acúmulo de processos nos juizados.

Bacabal (a 250 quilômetros de São Luís) recebeu em maio a primeira turma recursal nessa condição, em ato que reuniu Guerreiro Júnior, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, juízes e autoridades.

A Turma Recursal Cível e Criminal da comarca tem como



DIVULGAÇÃO

Guerreiro Júnior diz que com as novas unidades recursais, o Judiciário pretende desafogar os juizados

presidente o juiz da 2ª Vara, Carlos Roberto de Paula, e como membros titulares os juízes Marcelo Silva Moreira (Juizado Especial) e Luís Carlos Licar (Juizado de Pedreiras).

"Ao abrir as novas unidades recursais, o Judiciário pretende, de imediato, desafogar os juizados e atender prioritariamente a comunidade com menor poder

aquisitivo", lembra o presidente do TJ-MA.

Ações diversas – O ano de 2013 tem sido movimentado em realizações judiciais na gestão do presidente Guerreiro Júnior. Em maio, houve a instalação de oito varas na capital e da comarca de Joselândia (ex-termo de Presidente Dutra).

Em abril, foram instaladas

duas varas criminais na comarca de Ribamar; em março, o TJ-MA inaugurou a nova sede da comarca de Carutapera e a reforma do Fórum de Turiaçu.

Pelo menos uma dezena de novos prédios está em construção hoje no estado, a maioria com término de obras assegurada para os próximos meses. O exemplo mais representativo nesse segmento é o Fórum de Imperatriz.

Novas varas na capital – O TJ-MA instalou em maio oito varas judiciais em São Luís, com proposta de acelerar o julgamento de demandas que sobrecarregaram a Justiça de 1º grau da capital.

As novas unidades - 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª e 16ª varas cíveis e a Vara de Interesses Difusos e Coletivos - já funcionam no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau).

De acordo com os critérios de implantação, os processos de natureza cível que derem entrada no fórum nos próximos seis meses seguem para essas unidades. Questões relativas à improbidade administrativa, ambiental e urbanística, por sua vez, serão distribuídas à Vara de Interesses Difusos e Coletivos.